



**Reconfiguração Profissional do Jornalismo: Profissionalismo Conectivo e Políticas
Afirmativas no Jornalismo de São Paulo e Sergipe**

Resumo: Este artigo analisa a relação entre profissionalismo conectivo e políticas afirmativas na reconfiguração profissional do jornalismo em São Paulo e Sergipe. Investiga em que medida tais políticas tensionam, reconfiguram, deslocam ou reproduzem relações hegemônicas de poder ou se operam como práticas de legitimação e valorização institucional. Teoricamente, articula a sociologia das profissões aos debates sobre gênero e raça para examinar o paradoxo entre a institucionalização de ações afirmativas e a persistência de hierarquias tradicionais. Adota abordagem qualitativa com entrevistas semiestruturadas com 30 jornalistas dos dois estados. Os resultados indicam que, embora ampliem a presença e visibilidade de grupos historicamente sub-representados, as políticas afirmativas produzem inclusão condicional, sem redistribuição substantiva do poder, refletindo as contradições do profissionalismo conectivo. Conclui-se que a pluralização do jornalismo exige mais que inserção de corpos diversos: demanda reconfigurar critérios tradicionais de legitimidade e dinâmicas institucionais, sem isso, as mudanças permanecem restritas à dimensão simbólica.

Palavras-chave: Profissionalismo conectivo; Políticas afirmativas; Jornalismo; Gênero e raça; Relações de poder.

**Professional Reconfiguration of Journalism: Connective Professionalism and
Affirmative Policies in Journalism in São Paulo and Sergipe**

ABSTRACT: This article analyzes the relationship between connective professionalism and affirmative policies in the professional reconfiguration of journalism in São Paulo and Sergipe. It investigates the extent to which such policies challenge, reconfigure, displace, or reproduce hegemonic power relations, or whether they operate as practices of institutional legitimation and valorization. Theoretically, it articulates the sociology of professions with debates on gender and race to examine the paradox between the institutionalization of affirmative action and the persistence of traditional hierarchies. The study adopts a qualitative approach based on semi-structured interviews with 30 journalists from the two states. The findings indicate that, although affirmative policies expand the presence and visibility of

historically underrepresented groups, they produce conditional inclusion without substantive redistribution of power, reflecting the contradictions of connective professionalism. The article concludes that the pluralization of journalism requires more than the inclusion of diverse bodies: it demands a reconfiguration of traditional criteria of legitimacy and institutional dynamics; otherwise, the changes remain restricted to the symbolic dimension.

Keywords: Connective professionalism; Affirmative policies; Journalism; Gender and race; Power relations.

Reconfiguração Profissional do Periodismo: Profissionalismo Conectivo e Políticas Afirmativas no Periodismo de São Paulo e Sergipe

RESUMEN: Este artículo analiza la relación entre el profesionalismo conectivo y las políticas afirmativas en la reconfiguración profesional del periodismo en São Paulo y Sergipe. Se investiga en qué medida dichas políticas tensionan, reconfiguran, desplazan o reproducen relaciones hegemónicas de poder, o si operan como prácticas de legitimación y valorización institucional. Teóricamente, el estudio articula la sociología de las profesiones con los debates sobre género y raza para examinar la paradoja entre la institucionalización de las acciones afirmativas y la persistencia de las jerarquías tradicionales. Se adopta un enfoque cualitativo basado en entrevistas semiestructuradas con 30 periodistas de los dos estados. Los resultados indican que, aunque las políticas afirmativas amplían la presencia y visibilidad de grupos históricamente subrepresentados, producen una inclusión condicional, sin una redistribución sustantiva del poder, lo que refleja las contradicciones del profesionalismo conectivo. Se concluye que la pluralización del periodismo exige más que la incorporación de cuerpos diversos: requiere reconfigurar los criterios tradicionales de legitimidad y las dinámicas institucionales; de lo contrario, los cambios permanecen restringidos a la dimensión simbólica.

Palabras clave: Profesionalismo conectivo; Políticas afirmativas; Periodismo; Género y raza; Relaciones de poder.

1- Introdução

Nas últimas décadas, o jornalismo atravessa um processo de reconfiguração que transcende as transformações tecnológicas. A plataforma da produção noticiosa, a emergência de novos atores no ecossistema informacional (NIELSEN; GANTER, 2018) e a

precarização dos vínculos laborais (DUARTE, 2004; LIMA, 2015) reconfiguram as condições do exercício profissional, tensionam fronteiras ocupacionais, critérios de legitimidade, formas de reconhecimento e de autoridade profissional. Tais transformações incidem sobre os mecanismos de fechamento pelos quais a ocupação estabelece e disputa sua jurisdição, definem o controle do trabalho, o acesso à carreira e quem está autorizado a exercê-la (ABBOTT, 1988; BONELLI, 2011).

Nessa conjuntura, destaca-se o conceito de profissionalismo conectivo, que reorienta o trabalho profissional para conexões relacionais com públicos, demandas tecnológicas, sociais e mercadológicas, sem eliminar dimensões protetivas de jurisdição, autonomia e autoridade (NOORDEGRAAF; BROCK, 2021). No jornalismo, expressa-se na coexistência simbiótica e tensionada entre abertura relacional a políticas afirmativas e preservação de critérios tradicionais de legitimidade profissional. Valores como autonomia editorial, princípios éticos e compromisso com o interesse público tensionam-se com interesses mercadológicos e disputas entre agentes desigualmente posicionados no campo, que mobilizam diferentes capitais para ocupar espaços no campo profissional e definir os sentidos legítimos do fazer jornalístico (BOURDIEU, 1997).

Tais disputas são reordenadas pelas mudanças nos modos de produção, circulação e financiamento da notícia e pela entrada de intermediários digitais. Diante disso, as organizações midiáticas enfrentam exigências de adaptabilidade e alcance de público nas redes sociais, submetendo-se às lógicas mercadológicas e algorítmicas e a consequente erosão do controle editorial (NIELSEN; GANTER, 2018). O profissionalismo conectivo se manifesta então, de forma ambivalente: amplia a abertura a demandas por diversidade e representatividade, mas preserva mecanismos de proteção jurisdicional e autoridade profissional.

Essa reconfiguração é marcada por uma significativa recomposição social da profissão, iniciada com a feminização das redações na década de 1980 — culminando no número de mulheres superando o de homens em 2012 —, paralelamente à expansão do ensino superior e às lutas dos movimentos feministas e de mulheres negras por equidade e reconhecimento (ROCHA, 2018). Recentemente, as políticas de ação afirmativa (Lei nº 12.711/2012), ampliaram o acesso de grupos historicamente sub-representados ao ensino superior, expandindo a dimensão racial na composição das profissões (HERINGER, 2018) e amplificando a presença de pessoas negras no jornalismo, embora de forma desigual entre diferentes segmentos, posições de prestígio e remuneração (MICK et al., 2022).

Nesse contexto, empresas de comunicação passam a incorporar demandas por equidade e inclusão em suas narrativas e estratégias de recrutamento e gestão. Reunidas sob a denominação de programas de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI), essas ações inscrevem-se no que Fraser (2017) define como a dimensão cultural da justiça — o reconhecimento simbólico das identidades —, que não deve ser tomado por si só como sinônimo de transformação das desigualdades, pois a valorização simbólica pode coexistir com a ausência de redistribuição de recursos, oportunidades e poder. Nesse sentido, o profissionalismo conectivo opera como uma mediação ambígua: conecta a profissão às demandas sociais de seu tempo, mas também pode funcionar como estratégia de legitimação institucional que preserva as hierarquias tradicionais (NOORDEGRAAF; BROCK, 2021).

As discussões sobre desigualdades de gênero e raça deixam de ocupar apenas reivindicação externa e passam a integrar discursos institucionais e disputas internas por pertencimento e autoridade profissional, tensionando um campo historicamente institucionalizado sob a hegemonia branca e masculina. Contudo, a ampliação da presença de grupos sub-representados não implica transformação equivalente das hierarquias de poder (ROCHA, 2021). Dados recentes evidenciam essa dissociação: as mulheres representam 58% dos profissionais da imprensa brasileira, mas apenas 21% ocupam cargos editoriais de alto escalão (ARGUEDAS et al., 2025; FENAJ, 2025). Quando gênero e raça são considerados conjuntamente, as desigualdades tornam-se ainda mais expressivas, entre 2020 e 2024, nenhuma mulher negra foi registrada em postos de comando (FENAJ, 2025).

É esse descompasso entre o discurso institucional da diversidade e a persistente concentração de poder nas mãos de grupos hegemônicos, que constitui o problema central deste artigo: como o profissionalismo conectivo se manifesta na reconfiguração profissional do jornalismo de São Paulo e Sergipe diante da institucionalização de políticas afirmativas, e em que medida essas políticas tensionam, reconfiguram, deslocam ou reproduzem as hierarquias historicamente branca, masculina e cis-heterossexual?

Defende-se a hipótese de que as políticas afirmativas, incorporadas através de mudanças na escolha de pautas, estratégias de recrutamento, metas de contratação, comitês de diversidade e campanhas institucionais (ÉNOIS, 2020), produzem avanços parciais e seletivos. Embora ampliem as oportunidades de ingresso e a visibilidade de grupos marginalizados, sua capacidade de reconfigurar relações de poder é condicionada pela permanência de mecanismos de fechamento e privilégios que favorecem perfis culturalmente institucionalizados — homens brancos, cisgêneros e heterossexuais —, sobretudo no acesso a posições de autoridade e prestígio.

O objetivo é analisar a relação entre profissionalismo conectivo e políticas afirmativas na reconfiguração profissional do jornalismo de São Paulo e Sergipe, investigando em que medida essas políticas tensionam, reconfiguram, deslocam ou reproduzem as hierarquias historicamente brancas e masculinas, bem como as condições sob as quais ampliam oportunidades e aquelas em que operam como mecanismos de legitimação e valorização institucional que preservam desigualdades. Para tanto, articulamos a Sociologia das Profissões — com ênfase nos conceitos de jurisdição (ABBOTT, 1988), fechamento generificado (BONELLI, 2011) e profissionalismo protetivo e conectivo (NOORDEGRAAF; BROCK, 2021) — à noção de performatividade institucional (AHMED, 2012).

A contribuição do estudo é deslocar a análise da diversidade de uma perspectiva centrada na presença para outra que a relaciona à autoridade, ao reconhecimento e à distribuição do poder. Ao aproximar o debate sobre políticas inclusivas da reconfiguração do profissionalismo, argumentamos que as transformações contemporâneas do jornalismo não se reduzem a um mero processo de desprofissionalização: expressam uma reorganização das bases de legitimidade da profissão, na qual expertise, autonomia e disputas jurisdicionais passam a coexistir com conectividade e demandas por equidade e representatividade. Nas seções 3 e 4, examina-se as tensões entre recomposição social da profissão, políticas afirmativas e persistência das hierarquias, evidenciando limites e possibilidades abertas por essas políticas na reconfiguração do jornalismo brasileiro em São Paulo e Sergipe.

2. Caminhos metodológicos e o recorte empírico da pesquisa

Adotou-se uma abordagem qualitativa, exploratória e interpretativa, com entrevistas semiestruturadas com 30 jornalistas de Sergipe e São Paulo, igualmente distribuídos entre os estados. A amostra contempla marcadores sociais como gênero e raça, e diferentes funções e posições ocupacionais, permitindo analisar, em perspectiva interseccional, como se articulam às trajetórias profissionais, às condições institucionais e territoriais dos diferentes mercados jornalísticos. As entrevistas foram realizadas de janeiro a dezembro de 2025, presencialmente e via Google Meet, com participação voluntária e os nomes substituídos por pseudônimos. O recrutamento combinou busca ativa em redes sociais (sobretudo Instagram), técnica bola de neve e consulta a portais jornalísticos, alcançando profissionais com distintos perfis, vínculos e posições no campo.

A escolha de São Paulo e Sergipe como recortes empíricos estabelece uma perspectiva comparativa entre mercados jornalísticos com contextos econômicos, culturais e organizacionais distintos. São Paulo concentra grande parte da produção jornalística nacional

e constitui um mercado amplo e variado; Sergipe caracteriza-se como um polo regional de menor porte, com organizações midiáticas, ofertas de trabalho e mobilidade ocupacional mais restritas. Longe de uma mera oposição entre centro e periferia, essas diferenças permitem compreender como distintas configurações de mercado interferem na inserção, permanência e acesso a posições de liderança no jornalismo.

A análise dos dados, orientada pela perspectiva interpretativa e interseccional, privilegiou percepções e experiências das pessoas entrevistadas sobre as políticas de inclusão e as relações de gênero, raça, sexualidade e poder que atravessam suas trajetórias. Para organizar e interpretar o material empírico, adotou-se a análise temática (BRAUN; CLARKE, 2006), em diálogo com o referencial teórico e com as disputas por legitimidade, autoridade, pertencimento e reconhecimento no jornalismo. A comparação entre os dois contextos permitiu examinar como transformações contemporâneas — plataformização, ampliação de competências profissionais e institucionalização de políticas afirmativas — assumem configurações distintas conforme as condições organizacionais e territoriais.

Nota metodológica sobre o uso de inteligência artificial: As IAs Gemini e DeepSeek foram utilizadas como recursos auxiliares nas etapas de revisão linguística, organização textual, identificação e eliminação de redundâncias. A formulação teórica, metodológica, coleta, análise, interpretação dos dados e conclusões foram conduzidas integralmente pela autora, que assume plena responsabilidade pelo conteúdo final.

3. Reconfigurações do jornalismo: a conectividade protetiva

O jornalismo contemporâneo atravessa um processo de redefinição dos critérios de legitimidade, autoridade e pertencimento profissional. A flexibilização das fronteiras ocupacionais (ABBOTT, 1988), a precarização do trabalho (DUARTE, 2004; LIMA, 2015), a plataformização da informação (NIELSEN; GANTER, 2018) e a interdependência entre organizações, tecnologias e lógicas mercadológicas tensionam os parâmetros clássicos do profissionalismo, ampliando demandas por adaptação e visibilidade.

Para Noordegraaf e Brock (2021), esse processo reflete a transição do profissionalismo protetivo — baseado no fechamento jurisdicional e na autonomia — para o profissionalismo conectivo, caracterizado pela abertura relacional, interdependência e expertise adaptativa construída na relação com diferentes atores, tecnologias e demandas sociais. No entanto, os autores ressaltam que um modelo não substitui o outro totalmente. Em vez disso, existe uma relação simbiótica entre os dois, chamada de conectividade protetiva, que integra diferentes lógicas profissionais e organizacionais.

Essas transformações não extinguem o profissionalismo, mas reconfiguram suas bases de reconhecimento e autoridade. Os profissionais continuam disputando autonomia e valor normativo, mas agora são compelidos a fazê-lo por meio de competências relacionais e adaptativas. (NOORDEGRAAF; BROCK, 2021). No jornalismo, essa reconfiguração amplia competências ao incorporar a atividade lógicas externas (digitais, gerenciais e comerciais), exigindo conciliar apuração, produção audiovisual, circulação em plataformas e métricas digitais em rotinas multifuncionais, redefinindo o que significa ser jornalista na sociedade digital (NIELSEN; GANTER, 2018). Essa dinâmica manifesta-se nos depoimentos a seguir:

- O jornalista hoje é um faz tudo, não só reporta, mais grava, edita vídeo, produz conteúdo e posta nas redes sociais. Há um acúmulo de funções, tudo em uma pessoa só (Dandara, mulher negra, cishétero, coord.de comunicação - Sergipe).

- A TV não perde audiência para a concorrente, mas para o celular. Então, temos que estar cada vez mais presente nas mídias digitais. Há uma disputa intensa pela atenção do público e além de produzir notícias para a TV, produzimos também para as redes sociais (Jordan, homem branco, cishétero, âncora e editor de telejornal - São Paulo).

Dandara evidencia a dimensão laboral dessa coexistência: a ampliação de competências materializa-se em acúmulo de funções e intensificação do trabalho, operando como estratégia organizacional. Sem as antigas redes de proteção da categoria, ela precisa ser multifuncional, para garantir relevância e permanência no campo. Seu "faz tudo" revela a mudança na natureza da expertise e as duras realidades política, social e econômica, que acirram lutas ideológicas e aprofundam assimetrias institucionais (NOORDEGRAAF; BROCK, 2021).

Jordan expressa as dimensões tecnológica e mercadológica desse processo: a disputa pela audiência migra para dispositivos móveis e plataformas digitais, e o profissionalismo se legitima fora de seus domínios clássicos. Seu relato ilustra o desafio de “navegar por riscos, incertezas e dilemas” (NOORDEGRAAF; BROCK, 2021, p. 232), num cenário onde critérios normativos da profissão são tensionados por tecnologias emergentes — como a IA, que exige aprendizagem contínua e adaptativa —, tornando a autonomia interdependente e condicionada à visibilidade e ao engajamento algorítmico (Ibidem). A produção simultânea para TV e redes sociais mostra que, hoje, a capacidade de proteger a influência e a função social do jornalismo depende diretamente da capacidade de se conectar.

Apesar dos contextos distintos (SP e SE), os depoimentos convergem: multifuncionalidade, expertise adaptativa e habilidades metacognitivas tornaram-se condições essenciais de sobrevivência profissional. Eles ilustram a coexistência simbiótica e tensionada

entre profissionalismo protetivo e conectivo — a conectividade protetiva —, na qual a proteção da função social do jornalismo exige negociar autoridade em plataformas digitais e disputar atenção em redes sociais. Atravessada por realidades políticas, econômicas e sociais adversas, essa dinâmica demonstra que o profissionalismo conectivo não é campo neutro, mas uma arena em constante disputa, na qual conectar-se tornou-se condição primária para preservar a legitimidade da profissão (NOORDEGRAAF; BROCK, 2021).

3.1. Reconfiguração jurisdicional do jornalismo

A reconfiguração do profissionalismo jornalístico, marcada pela coexistência tensionada entre lógicas protetivas e conectivas, incide sobre o modo como a profissão define e sustenta sua jurisdição. Para Abbott (1988), profissões constituem sistemas dinâmicos de disputa pelo controle legítimo de saberes e práticas, onde as fronteiras antecedem a consolidação das identidades profissionais e a jurisdição é continuamente negociada entre grupos profissionais e outros atores.

Se o profissionalismo protetivo se sustentava em fronteiras fixas e fechadas, amparadas por arranjos institucionais e regulatórios relativamente estáveis, a emergência do profissionalismo conectivo as torna mais porosas, abertas e relacionais, ampliando a disputa jurisdicional e deslocando a legitimidade para além dos domínios corporativos. O que facilita a entrada de novos provedores e sujeitos que passam a disputar a jurisdição do campo e autoridade profissional deixa de ser um atributo estático, assegurado *a priori*, para ser continuamente negociada em redes dinâmicas que articulam profissionais, organizações, plataformas digitais e novos agentes sociais (NOORDEGRAAF; BROCK, 2021).

No jornalismo, a jurisdição antes ancorada no controle direto sobre os canais de distribuição e circulação de notícias, passa a ser disputada em um ecossistema informacional amplo e interdependente. Onde o conteúdo distribuído e os critérios editoriais tradicionais coexistem e competem com lógicas algorítmicas sob o escrutínio e a regulação constante de intermediários digitais externos (NIELSEN; GANTER, 2018). No Brasil, esse processo é indissociável da extinção da obrigatoriedade do diploma pelo STF em 2009 (BRASIL, 2009), marco regulatório que desmantelou o principal mecanismo de credenciamento e fechamento do profissionalismo tradicional.

Ao eliminar a principal credencial formal que regulava o ingresso na profissão, a medida desfez os filtros de controle sobre quem pode exercer a atividade. Sob a perspectiva de Bonelli (2011), esse marco fragilizou a autonomia e o insulamento ocupacional da categoria, desarticulando a demarcação identitária entre profissionais e agentes externos,

acelerando a erosão da jurisdição e expondo o campo ainda mais à precarização e à flexibilização. A expansão das plataformas digitais, acrescenta outra dimensão a esse processo: amplia a participação de cidadãos, influenciadores e produtores independentes no registro e circulação de notícias. O relato abaixo evidencia essa transformação:

[...] muita coisa hoje a gente sabe porque alguém filmou com um celular e postou nas redes sociais, aí o jornalista vai lá, investiga, comprova e repercute na imprensa (Jamila, negra, cisgênero, jornalismo independente - São Paulo).

O depoimento evidencia que a produção e a circulação primária da informação deixaram de ser exclusividade das redações, redefinindo os pilares da legitimidade jornalística. Se no século XX as organizações midiáticas consolidaram autoridade e independência a partir do controle dos canais de produção e distribuição de notícias, hoje esse domínio exclusivo se desfez, e os veículos passaram a atuar em um ambiente de conteúdo distribuído por plataformas e redes sociais (NIELSEN; GANTER, 2018). Assim, a jurisdição jornalística já não é assegurada pelo controle da produção e divulgação de notícias, deslocando-se, em parte, para a capacidade de investigar e conferir confiabilidade a conteúdos capturados e publicados por cidadãos em redes sociais.

O papel do jornalista descrito por Jamila ilustra o caráter relacional e processual da autoridade e da legitimidade profissional na sociedade digital (NOORDEGRAAF; BROCK, 2021), onde expertise e rigor jornalístico não desaparecem, mas ganham novas funções em um ecossistema informacional interdependente. Essa dinâmica expressa a *conectividade protetiva* (Ibidem), na qual a capacidade do jornalista em proteger a função social e os valores deontológicos do jornalismo depende de sua habilidade de conectar-se ao ambiente digital e atuar como instância qualificada no processamento e validação de fluxos informacionais descentralizados. Assim, a autoridade profissional deixa de ser um atributo assegurado *a priori* pelo acesso exclusivo aos fatos e passa a constituir-se continuamente na interação entre expertise, tecnologias e escrutínio social, sendo disputada não apenas pelo controle da informação, mas pela capacidade de produzir notícias reconhecidas como confiáveis.

O relato de Arabella explicita a dimensão conflitiva dessa porosidade:

[...] sei de publicitários e influenciadores que fazem trabalhos de jornalista. Aqui tem o famoso Gordinho do Povo, que tem um portal de notícias. Ele não é jornalista e acaba disseminando muita notícia sem filtro, não tem ética. (Arabella, branca, bissexual, desempregada e social media — Sergipe).

Ao apontar a atuação de publicitários e influenciadores em atividades consideradas jornalísticas — desprovidos da expertise e dos referenciais deontológicos que tradicionalmente legitimam o jornalismo —, Arabella aponta a porosidade das fronteiras ocupacionais e a sobreposição entre o jornalismo e outras formas de produção de notícias. Nos

termos de Abbott (1988), o relato pode ser interpretado como expressão de uma disputa jurisdicional, na qual atores de campos adjacentes passam a ocupar espaços historicamente reivindicados por jornalistas.

Sua crítica à ausência de “filtro” e de “ética” explicita que essa disputa não se restringe ao controle de atividades, mas envolve os próprios critérios normativos e éticos que tradicionalmente conferem legitimidade e autonomia à profissão. Se outrora a legitimidade do jornalismo se fundava no controle exclusivo da apuração e tratamento dos fatos, mantendo a profissão como uma jurisdição fechada e protegida, no ecossistema digital ela deixa de ser monopólio institucional para se tornar objeto de disputa jurisdicional permanente. A emergência de novos provedores e a expansão de infraestruturas digitais desestabilizam os arranjos tradicionais de autoridade, e a validação profissional passe a ocorrer em arenas abertas, sob a atenção crítica do público e de atores externos (NOORDEGRAAF; BROCK, 2021).

A comparação dos depoimentos sugere que a jurisdição jornalística deixa de ser monopólio exclusivo do campo e se reconfigura em novas arenas de disputa marcadas por acentuada ambivalência, decorrente da tensão entre o profissionalismo conectivo — que não é um modelo puramente virtuoso ou harmônico — e as realidades políticas, econômicas e sociais complexas em que o trabalho se realiza, atravessadas por disputas de poder, lutas ideológicas e assimetrias de reconhecimento (Ibidem). No ambiente digital, essa autoridade é disputada não só pelo controle da informação, mas pela capacidade de produzir notícias reconhecidas como confiáveis e pela necessidade de responder às lógicas algorítmicas das plataformas, nas quais métricas de alcance e engajamento integram a avaliação do desempenho jornalístico, em um processo de “emaranhamento com a prática” (NIELSEN; GANTER, 2018, p. 1609).

Assim, o reconhecimento baseado na expertise, no rigor editorial e nos princípios deontológicos passa a ser tensionado por critérios de valorização, visibilidade e performance digital (NOORDEGRAAF; BROCK, 2021). A autoridade jornalística passa a ser negociada em um espaço híbrido, no qual lógicas ocupacionais, tecnológicas e mercadológicas se sobrepõem, enquanto os veículos perdem parte do controle sobre os canais digitais de distribuição (NIELSEN; GANTER, 2018). Sob a perspectiva de Bonelli (2011), argumenta-se que as configurações sociais e tecnológicas contemporâneas aceleram o enfraquecimento da jurisdição profissional, ao expor a profissão a processos de flexibilização e interdependência que tornam suas barreiras de fechamento mais permeáveis e constantemente renegociadas frente a novos atores e pressões externas.

3.2. Precarização e autogestão profissional

A reconfiguração jurisdicional articula-se às mudanças nas condições concretas do exercício profissional. Segundo Antunes (2018), elas decorrem tanto das respostas do capitalismo à sua crise estrutural quanto da digitalização da comunicação e da adoção de modelos de gestão orientados pela produtividade, redução de custos e flexibilização das relações trabalhistas, configurando a era da precarização estrutural do trabalho. Essas dinâmicas manifestam-se na terceirização e na flexibilização contratual — especialmente na pejetização¹ —, que desregulam direitos e transferem custos e riscos econômicos aos trabalhadores. Como resultado, individualizam-se as responsabilidades pela inserção e permanência profissional, fragmentam-se identidades coletivas e constitui-se o novo proletariado de serviços (ANTUNES, 2018).

Nesse contexto, a precarização ultrapassa a dimensão contratual e incide sobre as condições de exercício, reconhecimento e sustentação da atividade profissional. Como argumenta Bonelli (2011), a autoridade e a autonomia de uma ocupação são socialmente construídas por arranjos institucionais e mecanismos de fechamento profissional que demarcam fronteiras e legitimam a profissão. Ao fragilizar vínculos coletivos e ampliar a responsabilização individual, a degradação das condições materiais de trabalho desestabiliza esses arranjos de reconhecimento e torna mais instáveis os processos de construção e legitimação da *expertise* e da autoridade jornalística. Os relatos a seguir evidenciam essa dimensão:

- [...] aumentou as funções, mas não houve valorização, ao contrário, cresceu a precarização com uma pejetização absurda, um recuo nos direitos trabalhistas (Dandara, preta, cishétero, coord. de comunicação - Sergipe).
- Fiquei desempregada e comecei a fazer freelas e eventos corporativos, fiz bastante coisa. Virei PJ e abri uma MEI para gerir meu próprio trabalho. (Malaika, preta, cishetero, repórter de TV e freelancer - São Paulo).
- Estou desempregada, então abri uma MEI, sou PJ, faço freelas e trabalho como social media, produção de áudio, vídeo e conteúdo pras redes sociais (Arabella, mulher branca, bissexual, social media - Sergipe).

Os depoimentos ilustram a convergência entre a precarização material do trabalho e a erosão das fronteiras da profissão. A flexibilização dos vínculos empregatícios e a adesão à condição de MEI ou PJ não são percebidas como ampliação de autonomia ou escolha

¹ Contratação de jornalistas como pessoas jurídicas para exercer funções que mantêm características de uma relação de emprego. Porém, deixam de ter acesso a direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <https://fenaj.org.br/pejotizacao-e-precariizacao-pratica-avanca-no-jornalismo-e-fragiliza-direitos-da-categoria/> Acesso em: 12 jun. 2026.

empreendedora, mas como resposta à instabilidade do mercado e imperativo de sobrevivência frente ao desemprego, inserindo a categoria no novo proletariado de serviços mediante sobrecarga e recuo de direitos (ANTUNES, 2018). Ao mesmo tempo, a expansão das funções relatada pelas profissionais — com acúmulo de atividades de social media, eventos e produção de conteúdo — evidencia o enfraquecimento dos mecanismos de fechamento e da demarcação identitária analisados por Bonelli (2011). Ao diluir a fronteira entre a jurisdição jornalística e os papéis de comunicação mercadológica, a pejetização desestabiliza os parâmetros tradicionais de reconhecimento, autonomia e autoridade profissional.

Essa dinâmica fica evidente nos relatos. Dandara expõe a contradição entre a exigência de novas habilidades e a degradação das condições de trabalho: a expansão das competências exigidas na era digital — a expertise adaptativa (NOORDEGRAAF; BROCK, 2021) — é capturada por estratégias gerenciais de racionalização de custos, resultando em acúmulo de funções, intensificação das rotinas e recuo das proteções trabalhistas. Malaika e Arabella narram a adesão à PJ e à MEI não como escolha autônoma, mas como imperativo de sobrevivência em um mercado desregulamentado. Ao se tornarem gestoras de si mesmas, assumem individualmente custos econômicos e as incertezas do mercado, antes mitigados pelas empresas contratantes (ANTUNES, 2018). Como assinalam Noordegraaf e Brock (2021, p. 232), a perda das blindagens institucionais obriga o profissional a "navegar por riscos, incertezas e dilemas" em posições contratuais instáveis.

O depoimento de Arabella ilustra o ápice da fragmentação identitária do novo proletariado de serviços (ANTUNES, 2018). Para manter-se em atividade, a jornalista atua simultaneamente como *social media*, produtora de áudio e vídeo e criadora de conteúdo para redes digitais, diluindo as fronteiras que delimitavam a jurisdição (BONELLI, 2011) do jornalismo em relação a outras ocupações da comunicação. Ao dismantelar proteções coletivas e impor flexibilização contratual, o mercado força o/a jornalista a usar conexão e a multifuncionalidade como táticas individuais para continuar exercendo a profissão — revelando que a fragilização das bases materiais do trabalho estrutura a própria vulnerabilidade da autoridade e da jurisdição jornalística na contemporaneidade.

A pejetização, presente nos casos analisados, é expressão significativa dessa dinâmica: o jornalista deixa de ter a segurança institucional da empresa (modelo protetivo) para se tornar um prestador de serviço responsável por gerenciar sua trajetória em um mercado instável (modelo conectivo). A autoridade profissional deixa de estar protegida exclusivamente por fronteiras ocupacionais fechadas e vínculos institucionais relativamente estáveis e passa a ser

continuamente produzida e negociada em redes que articulam profissionais, organizações, plataformas, mercados e públicos.

Mesmo em contextos distintos, os relatos convergem ao evidenciar a transferência de responsabilidades e riscos das organizações para os indivíduos. Sob a ótica de Noordegraaf e Brock (2021), essa dinâmica expressa uma dimensão econômica do profissionalismo conectivo, que não opera em um vácuo idealizado, mas em condições políticas, sociais e econômicas duras e complexas. Nele, as fronteiras entre atividade profissional, organização e mercado tornam-se porosas, relacionais e interdependentes. Se, por um lado, essa fluidez amplia as formas de inserção no mercado, por outro, intensifica o trabalho, exige maior gestão da própria carreira e desloca para os indivíduos riscos antes amenizados por estruturas institucionais de proteção.

Configura-se, assim, uma dupla dimensão na reconfiguração do profissionalismo jornalístico: no plano jurisdicional, o campo torna-se mais permeável à participação de novos atores e à circulação descentralizada de informações; no plano laboral, ampliam-se as exigências de adaptabilidade, multifuncionalidade e gestão da própria trajetória profissional. Consolida-se, assim, o que Noordegraaf e Brock (2021) designam de conectividade protetiva, em que a capacidade de resguardar o valor e a autoridade da profissão passa a depender diretamente de sua inserção e mediação no ecossistema digital.

4. Profissionalismo conectivo e diversidade

No campo jornalístico, a reconfiguração das fronteiras profissionais e das condições de exercício da profissão não ocorre em um terreno socialmente neutro: articula-se dinamicamente à feminização das redações, a novas demandas de representatividade (gênero, raça e classe social) e à crescente institucionalização de políticas afirmativas. Como argumenta Bonelli (2011), o profissionalismo contemporâneo não deve ser concebido como campo neutro ou puramente técnico, mas como construção social e histórica, atravessada por pressões externas, contingências institucionais, disputas de poder e dinâmicas de mercado. Nesse processo, os marcadores sociais da diferença não apenas tensionam, mas redefinem a própria organização e o ethos do exercício profissional.

Essa dinâmica desigual dialoga com as reflexões de Noordegraaf e Brock (2021), que caracterizam o profissionalismo conectivo como um construto profundamente ambivalente, atravessado por relações de poder e por realidades sociais, econômicas e políticas que geram e reproduzem desigualdades. À medida que o eixo da legitimidade se desloca para as conexões sociais, as novas exigências de adaptabilidade, visibilidade e gestão da própria carreira

tendem a aprofundar disparidades preexistentes, recaindo de forma mais intensa sobre profissionais que já enfrentam barreiras institucionais de raça, gênero e classe. Sob esse prisma, e em consonância com a não neutralidade das estruturas profissionais apontada por Bonelli (2011), esse ambiente não se constitui como terreno igualitário, mas como espaço de disputa marcado por contestações, assimetrias de poder e mecanismos de exclusão.

Nessa mesma direção, as redes de conexão e a valorização de certas habilidades relacionais — determinantes para a progressão na carreira — não são neutras; ao contrário, refletem disparidades sociais consolidadas (NOORDEGRAAF; BROCK, 2021). As próprias competências de conexão, responsividade e “toque pessoal” exigidas pelo mercado configuram-se, frequentemente, como descrições de trabalho generificadas e racializadas, que reproduzem hegemonias no próprio núcleo da expertise profissional.

4.1. Diversidade, reconhecimento e persistência das hierarquias

A crescente presença de mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+ nas redações alterou não só a composição da categoria e a face pública das organizações, tensionando um campo historicamente moldado por padrões brancos, masculinos e cisheteronormativos. Isso, porém, não garante redistribuição equivalente de autoridade e prestígio. A questão sociológica desloca-se de quem ingressa na profissão para quem permanece, ascende, ocupa posições de prestígio e participa das decisões estratégicas.

Essa transformação inscreve-se em um contexto mais amplo de mudanças sociais e institucionais: feminização das redações, ampliação do acesso de grupos historicamente sub-representados ao ensino superior — sobretudo após a Lei nº 12.711/2012 — e atuação dos movimentos feminista, negro e LGBTQIA+. Tais mudanças ampliaram a presença de sujeitos historicamente marginalizados, modificando a composição social das redações e tensionando os critérios tradicionais de pertencimento ao campo jornalístico. Mas, como alerta Ahmed (2012), a diversificação dos corpos não elimina os mecanismos de distinção que distribuem reconhecimento, autoridade e poder.

Pesquisas nacionais e internacionais evidenciam essa dissociação entre representação e acesso às posições de comando no jornalismo. Segundo o Reuters Institute (ARGUEDAS et al., 2025) e a FENAJ (2025), as mulheres são 58% dos profissionais de comunicação no Brasil, mas apenas 21% ocupavam cargos editoriais de alto escalão no início de 2025. As desigualdades tornam-se ainda mais expressivas quando gênero e raça são considerados conjuntamente: entre 2020 e 2024, apenas 5% dos principais editores brasileiros eram negros; embora mulheres negras representem 29,9% da categoria, nenhuma ocupava postos de

comando. A diversificação da base profissional, portanto, não tem sido acompanhada pela democratização das posições de maior prestígio e poder decisório. Essas assimetrias também aparecem nos relatos dos/as entrevistados/as.

- As redações estão mais femininas e aumentou a contratação de pessoas negras e LGBTQIA+. Mas essas transformações ainda vejo como pouco significativas, pois quando falamos de mulheres, somos maioria como repórter, mas minoria nas diretorias e chefias de redação (Zuri, Negra, cishétero, ass. imprensa - Sergipe).
- Embora sejam poucos, mas você encontra homens negros em posição de chefia. Mulheres, também são minorias como chefes e são sempre brancas, não lembro de uma mulher negra ocupando cargo de chefe de redação, por exemplo (Potira, indígena, cisgênero, repórter de TV - São Paulo).

Os depoimentos evidenciam que a diversificação do jornalismo ocorre de maneira hierarquizada: a maior presença de mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+ em posições de execução não se converte automaticamente em participação equivalente nos espaços de decisão. Essa dissociação converge com o argumento de Rocha (2018; 2021), para quem as assimetrias institucionais de gênero e raça nas empresas de comunicação permanecem: a ampliação da participação feminina não foi acompanhada de redistribuição proporcional do poder, e os cargos de direção e decisão editorial continuam predominantemente masculinos e brancos.

Essa distinção desloca a análise da dimensão quantitativa da participação para os mecanismos que instituem reconhecimento e ascensão profissional. Como observa Bonelli (2009; 2011), as profissões não são espaços neutros de exercício da expertise, mas campos atravessados por relações de gênero, raça e classe que operam nos mecanismos de distinção, reconhecimento e fechamento. No jornalismo, a feminização e a entrada de corpos dissidentes podem alterar a composição da ocupação sem modificar os critérios que organizam a distribuição de prestígio e poder.

4.2. A institucionalização performativa da diversidade

Esse processo ocorre em um contexto no qual a diversidade é progressivamente incorporada como valor organizacional e ativo reputacional pelas empresas de comunicação. Para Sara Ahmed (2012), a diversidade institucional frequentemente opera como performatividade não transformadora: o compromisso com a inclusão está mais presente no discurso do que em mudanças nas hierarquias organizacionais. É um fazer diversidade que produz evidências simbólicas de compromisso — relatórios, campanhas, contratações pontuais — mas que preserva intactas as hegemonias que sustentam desigualdades.

Conhecidas no ambiente corporativo como políticas de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI), as políticas afirmativas deslocam a diversidade de uma reivindicação predominantemente externa, para estratégias de gestão, recrutamento e produção editorial. Contudo, essa institucionalização é ambivalente. Por um lado, amplia a visibilidade de grupos historicamente excluídos e pluraliza narrativas jornalísticas. Por outro, a diversidade também se torna requisito de legitimidade organizacional e competitividade, respondendo a pressões sociais e a racionalidades mercadológicas. Os depoimentos a seguir evidenciam essa dimensão:

- O capitalismo percebeu que nós, mulheres negras, representamos um grande público consumidor [...] que exige representatividade [...]. Aí se cria cotas para que a instituição, em novembro, possa dizer: olha, temos representatividade aqui, temos diversidade (Alika, negra, cishétero, repórter esportiva - São Paulo).
- Hoje há uma necessidade de termos diversidade nas pautas e no quadro de funcionários [...] aí vai de cada empresa, tem empresa que faz pela obrigação, porque é bom pra imagem (Artur, branco, cishétero, âncora e editor de jornalismo - São Paulo).

As narrativas mostram que a representatividade é incorporada como resposta simultânea a reivindicações sociais e exigências de visibilidade do mercado. Alika associa a contratação de mulheres negras à ampliação do mercado consumidor e às pressões sociais e digitais por representatividade; assim, sua presença adquire valor político, econômico e reputacional. Já Artur, em posição dirigente, sintetiza a ambiguidade dessas ações ao afirmar que a diversidade oscila entre "necessidade" e "obrigação", inclusive porque "é bom para a imagem". Como argumenta Ahmed (2012), a diversidade geralmente opera como um ativo simbólico e reputacional para as empresas de mídia.

Os relatos permitem concluir que as políticas inclusivas ampliam oportunidades e produzem deslocamentos importantes na composição social das redações. Porém, também gera reconhecimento sem transformar hierarquias. A contratação pode responder tanto à necessidade de alcançar determinados públicos, como observa Alika, quanto à necessidade de preservar a imagem institucional, como indica Artur. A institucionalização de políticas afirmativas constitui, portanto, uma dimensão da própria reconfiguração do profissionalismo jornalístico.

A diversidade deixa de constituir apenas uma reivindicação externa às organizações e passa a integrar práticas de recrutamento, gestão e representação institucional, tornando-se também um recurso por meio do qual as organizações respondem às demandas sociais contemporâneas e às novas exigências de legitimidade profissional. Esse movimento pode ser relacionado à concepção de justiça como reconhecimento formulada por Fraser (2002), ao

responder às demandas por visibilidade e valorização de grupos historicamente desvalorizados. Reconhecimento e redistribuição não são dimensões intercambiáveis: a valorização simbólica das identidades não substitui a transformação dos mecanismos que distribuem recursos, oportunidades e poder. O problema sociológico, portanto, não reside na existência dessas iniciativas, mas na possível distância entre sua visibilidade institucional e sua capacidade efetiva de produzir alterações nas relações de poder.

5. Considerações Finais

Os resultados revelam que as desigualdades no jornalismo não são fenômenos isolados, mas interconectados. Que, embora ampliem a presença e visibilidade de grupos historicamente sub-representados, as políticas afirmativas produzem inclusão condicional, sem redistribuição substantiva do poder, refletindo as contradições do profissionalismo conectivo.

A equidade exige mais do que políticas afirmativas: demanda transformação institucional capaz de reconhecer e desafiar as múltiplas camadas de preconceito. Os depoimentos analisados evidenciam que, apesar dos avanços discursivos em torno da diversidade, persistem desigualdades de gênero e raça nas relações de poder nas redações. A análise dos relatos de jornalistas de Sergipe e São Paulo permite visibilizar as tensões entre as normas institucionais do campo e as experiências de profissionais que ousam desafiar essas normas. A generificação e a racialização estão presentes nas redações de ambos os estados.

Assim, a mudança real não se dará apenas pela presença de corpos diversos, mas pela desestabilização das estruturas simbólicas e práticas que sustentam a desigualdade. As políticas afirmativas inserem-se em um processo mais amplo de reconfiguração do profissionalismo, no qual demandas por equidade e representatividade passam a integrar as disputas internas sobre quem pode ser reconhecido como profissional legítimo, quais competências são valorizadas e quais posições podem ser ocupadas no campo jornalístico. Nesse cenário, marcado pela coexistência tensionada entre lógicas protetivas e conectivas, a diversificação das redações, sem redistribuição substantiva de autoridade e poder, tende a permanecer restrita à dimensão simbólica, reforçando a distância entre visibilidade institucional e transformação efetiva das hierarquias profissionais.

5. Referências Bibliográficas

ABBOTT, Andrew. *The System of Professions: An Essay on the Division of Expert Labor*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

AHMED, Sara. *On Being Included: Racism and Diversity in Institutional Life*. Durham: Duke University Press, 2012.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARGUEDAS, A. et al. *Women and Leadership in the News Media 2025*. Reuters Institute for the Study of Journalism, 2025.

BONELLI, Maria da Glória. **Profissionalismo, gênero e significados da diferença entre juízes e juízas estaduais e federais**. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 1, p. 103-123. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/22/7> Acesso em: 03 set. 2025 51

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 511.961/SP. Rel. Min. Carlos Britto, 17 jun. 2009.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using Thematic Analysis in Psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

ÉNOIS. *Caixa de Ferramentas da Diversidade: metodologias para estruturar a diversidade nas redações jornalísticas*. São Paulo: Énois, 2020. Disponível em: <https://caixadiversidade.enois.org/>. Acesso em: 3 ago. 2026.

FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas. *Perfil da categoria e condições de trabalho*. São Paulo: FENAJ, 2025.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 7-20, 2002.

MICK, Jacques et al. *Perfil do Jornalista Brasileiro 2022*. Florianópolis: INSJT, 2022.

NIELSEN, Rasmus Kleis; GANTER, Sarah Anne. Dealing with digital intermediaries: A case study of the relations between publishers and platforms. *New Media & Society*, v. 20, n. 4, p. 1600–1617, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1461444817701318> Acess em: 05 jul. 2026.

NOORDEGRAAF, Mirko; BROCK, David. Professionalism Beyond the Boundaries: A Review of a Research Agenda. *Journal of Professions and Organization*, v. 8, n. 1, p. 1-22, 2021.

ROCHA, Paula Melani. *As mulheres no jornalismo: feminização e precarização do trabalho*. São Paulo: Annablume, 2018.

ROCHA, Paula Melani. Feminização do jornalismo e desigualdade de gênero: avanços e permanências. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, n. 2, 2021.